

J. B. Libânio

## A III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano

Paulo VI convocou para Puebla, México, a próxima conferência geral dos bispos latino-americanos. A primeira realizou-se no Rio de Janeiro, em julho-agosto de 1955, por ocasião do Congresso Eucarístico Internacional. Dessa reunião nasceu o impulso para a constituição de Conferências Episcopais Nacionais na América Latina. Até então eram poucas as nações que as tinham. Pois estamos bem antes do Conc. Vaticano II. Ideou-se então a CELAM, que receberá estatutos próprios, aprovados pela Santa Sé, em 1958.

A segunda Assembléia assumiu no contexto de América Latina relevância excepcional. Após o Conc. Vaticano II, nas pegadas da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, tentou traduzir para o nosso Continente a nova compreensão da relação de Igreja-mundo. Medellín tornou-se uma Carta Magna para a nossa Igreja na sua pastoral, num contexto violento de capitalização e dependência, em que vivemos. A partir de uma análise de nossa realidade sócio-político-econômica dentro do esquema da teoria da dependência, elabora reflexões teológicas e pastorais, que iluminarão os compromissos dos cristãos durante a seguinte década.

Dez anos depois, eis-nos às voltas com nova Conferência Geral. Nessa nota, queremos chamar a atenção somente, de modo rápido, para dois pontos: o significado de tal fato e o documento de consulta dentro do processo de preparação em vista de nossa colaboração.

## I. O FATO

A próxima Conferência episcopal é um *fato teológico*. No momento em que a Igreja da América Latina, através de representantes, bispos, leigos, sacerdotes, se reúne, ela é chamada a voltar-se sobre si mesma, sobre seu caminhar, a fim de confrontá-lo com o Evangelho. A última razão, que justifica tal convocação por parte do Papa e a aceitação por parte da nossa Igreja, deve ser evangélica. Somos como Igreja chamados a colaborar com o Senhor no processo de evangelização, de construção e acolhimento do Reino de Deus. Esse Reino é muito maior que nossa pequenez. Entretanto sentimos-nos vocacionados a colocar nossa vida a seu serviço. E o primeiro sentido de tal Assembléia consiste precisamente numa grande revisão, em enorme exame de consciência sobre a maneira como temos vivido essa nossa vocação. Sobretudo nesse ano de 1978, as igrejas particulares até a suas menores células vivas são convidadas a uma autocrítica mais profunda sobre sua vida eclesial e sua práxis pastoral à luz do Evangelho, numa relação consciente com as opções de Medellín. Cabe a essas comunidades e a cada um de nós perguntar-se seriamente: que significou para nossa vida e práxis o compromisso assumido pela Igreja na II Conferência? Que empecilhos surgiram durante esses dez anos de experiência e prática na caminhada inspirada por Medellín? Que elementos nossas comunidades podem oferecer como sugestão na linha da superação das dificuldades a partir de sua própria experiência eclesial? Que descobertas fizemos no percurso da evangelização libertadora? Como reafirmar mais clara e decididamente as opções tomadas há dez anos atrás?

O clima de Assembléia é de confissão, de conversão, de promessa. A confissão só tem sentido em vista de uma retomada mais corajosa da opção fundamental de compromisso com os nossos irmãos pobres e marginalizados. Tal experiência só se faz possível numa perspectiva teológica de fé, esperança e caridade. Fé na comunhão eclesial apesar das tensões existentes. Sabemos que perpassa o corpo eclesial da América Latina profunda divisão de concepções de sociedade, de interpretação teológica da situação atual e de ação pastoral. Não se trata do fenômeno Lefebvre, que

não passa de uma questão caduca de ortodoxia. As diversidades em nosso continente decorrem fundamentalmente de posições diante do processo de transformação da realidade e sua consequente prática. Geralmente são questões fortemente carregadas de ideologias, de interesses ocultos, de posições afetivas — e emocionais. Não têm a tranqüilidade da razão lógica, mas sim a ambigüidade, as tensões dos interesses e ligações do coração. Nesse sentido, a Conferência, como fato teológico, deve reafirmar corajosamente a dimensão da fé na comunhão, da esperança na ação do Espírito através do diálogo, da caridade por meio do testemunho de uma Igreja que se reúne para deixar-se questionar e converter por Deus, que fala através dos sinais históricos da realidade social.

E também um fato *histórico-político*. A Igreja não se arroga o poder de determinar e organizar o convívio humano. Reconhece tal competência à sociedade sobretudo através do Estado. Entretanto não pode desconhecer que sua presença na América Latina tem enorme significado político. E talvez hoje assuma um sentido único. Pois estamos vivendo sob sistemas que se dizem oficial e solenemente defensores da civilização ocidental cristã. Atribuem a si, arrogam-se a missão messiânica de salvar a civilização cristã da ameaça do ateísmo marxista. Evidentemente tais afirmações, propaladas em abundância na nossa imprensa, fazem parte de uma grande batalha ideológica, cujos interesses verdadeiros se situam no plano político-econômico. Em Puebla, a Igreja da América Latina deverá necessariamente defrontar-se com tais questões. Qualquer posição que tomar, seja de silêncio, seja de aprovação como de repúdio, terá alcance político no campo ideológico. Reforçará ou desestimulará tal jogo ideológico, com conseqüências inevitáveis no plano político e econômico, assumindo assim um papel no processo histórico da América Latina. Em outras regiões não-cristãs ou descristianizadas, a relevância da Igreja já não assume as mesmas dimensões que aqui. Ela possui importância no nível do debate ideológico. Esse foi acionado sob a capa de defesa das tradições cristãs. E a Igreja tem diante do povo do nosso continente uma competência especial em mostrar quais são realmente as verdadeiras tradições cristãs e o que de fato não passa de manipulação de interesse de grupos privilegiados.

A assembléa tem também um significado *sócio-cultural*. Há atualmente uma política em curso que procura estabelecer entre os países da América Latina distinções, baseadas em interesses econômicos do capitalismo internacional. Isto leva a que alguns países recebam tratamento diferente por parte das metrópoles econômicas, gerando, portanto, uma crescente separação entre eles, devido ao tipo de desenvolvimento em questão. Uns poucos países, entre

eles o Brasil, serão chamados a participar mais diretamente dos benefícios do desenvolvimento econômico capitalista, enquanto que outros serão entregues às suas forças. Para uns, promover-se-á uma liberalização política, enquanto que outros deverão sofrer a tutela de regimes autoritários. Os interesses econômicos irão dividindo cada vez mais o continente e impedindo, portanto, a criação de uma consciência latino-americana. Participaremos mais de concepções de homem, mundo, sociedade, com hábitos, comportamentos, oriundos de países nórdicos que das de nossos vizinhos e irmãos.

Dentro desse contexto sócio-cultural, o fato de bispos e outros membros da Igreja de toda América Latina se reunirem numa proximidade e comunhão de fé, a prática pastoral pode permitir ótima ocasião para pensar uma estratégia comum em vista de manter-nos unidos e relacionados culturalmente, não nos deixando seduzir pelos engodos de um desenvolvimento que nos divide. A Igreja tem condições, graças à sua presença em todos os países e a existência de estruturas eclesiais de âmbito continental, de favorecer a uma maior comunhão entre os países latino-americanos. Dessa Assembléia poderão surgir decisões que tenham significado sócio-cultural para todo nosso continente.

## II. O DOCUMENTO DE CONSULTA (DC)

Já foi entregue à reflexão das comunidades da Igreja o documento de consulta, elaborado sob a responsabilidade do CELAM. Dentro do processo de preparação para a Conferência Geral, a relação do DC antes de tudo não quer significar, de modo nenhum, a definição de uma linha para Puebla. Não se trata nem mesmo de um "esquema preparatório" a ser discutido na Conferência. Estamos numa etapa anterior. Quis ser de certo modo o reflexo da problemática e das contribuições vindas de todas as partes do Continente, para relançar os temas em vista de ulterior reflexão. Isto significa que o CELAM institui um diálogo amplo com as comunidades eclesiais a partir de uma primeira sistematização das questões que nos preocupam na tarefa evangelizadora. O DC insere-se, pois, na continuação de um confronto teológico-pastoral entre as comunidades, a fim de que dele surjam as linhas mestras que serão base das discussões no México.

A carta de apresentação do Card. D. Aloísio insiste no caráter inacabado, provisório, sugestivo, indutivo, motivador do DC. Estaria equivocado, portanto, quem o assumisse como um texto já pronto a ser discutido, votado e aprovado pelos bispos. Trata-se, por

consequente, de uma espécie de catálogo de assuntos, elaborado naturalmente dentro de uma sistematização e ótica própria dos redatores. Existe uma opção básica teológico-pastoral que comanda a seleção e organização dos temas. Ela não aparece de modo totalmente explícito, mas perpassa e informa todo o texto.

Essa opção por sua vez, apresenta-se como encarnação de um espírito de anúncio gozoso, de Boa Nova, de Esperança, de Otimismo realista, a fim de oferecer orientações pastorais positivas, numa perspectiva aberta, compreensiva e animadora. Como o tema central é a evangelização, o DC quer ser um sopro de coragem, de esperança realista para animar os cristãos e comunidades entregues ao longo do Continente à tarefa árdua de testemunhar o Evangelho no meio das contradições de nossa realidade histórica.

O esquema geral do DC, numa primeira vista, parece querer continuar dentro da perspectiva de Medellín com seu método trifásico: ver, julgar e agir. No primeiro momento procura-se analisar a realidade histórico-sócio-político-econômica de nosso Continente (ver), para num segundo momento elaborar um marco doutrinal que seja no duplo aspecto teológico e de doutrina social da Igreja uma reflexão teórica inspirada pela realidade analisada e iluminadora da mesma (julgar), a fim de conduzir-nos a tarefas pastorais mais concretas (agir). Nesse sentido reproduz de fato o mesmo esquema adotado em documentos da Igreja da América Latina depois da II Conferência Geral de 1968.

Não basta, entretanto, para ser fiel a esse método e perspectiva dividir um texto em três partes: análise da realidade, teoria e conseqüências práticas, pastorais. O mais importante e absolutamente fundamental é a articulação entre essas três partes. O que caracteriza a teologia e os documentos eclesiais mais significativos do continente é uma reflexão que realmente vem da práxis, volta-se para a práxis, deixa-se criticar pela práxis e é elaborada na práxis. Busca-se precisamente essa nova relação práxis-teoria-práxis, articulando de modo inspirador, iluminador, crítico a práxis e a teoria. Ora, é isto, exatamente, o que não acontece com o DC. Há forte cesura entre a primeira parte e a segunda. O marco doutrinal parece constituído independentemente da realidade concreta ou melhor apoiado num tipo de descrição acumulativa e dados da realidade, mas carente de interpretação estrutural. Isto permite que o marco doutrinal se torne realmente doutrinal, no sentido pejorativo do termo: uma sistematização de princípios, organizados a partir de interesses dogmáticos, a fim de serem aplicados à prática pastoral. E não tem lugar uma reflexão a partir de dentro da práxis, em vista desta práxis, e fazendo-se criticar por ela, ainda que naturalmente exerça papel crítico sobre ela. Pois, do con-

trário, não seria teoria iluminadora e crítica. Nesse sentido podemos afirmar que a semelhança de método e perspectiva do DC em relação a Medellín é meramente extrínseca, aparente, ilusória. Na realidade significa um retrocesso em relação à sistemática introduzida e assumida em Medellín.

Em relação ao espírito, o DC não responde nem de longe às expectativas abertas pela carta introdutória de D. Aloísio. Pois não perpassa pelo documento nenhum espírito de otimismo, de esperança, de estímulo às comunidades engajadas na dura luta pastoral. Antes situa-se numa ótica apologética, de temor diante dos erros e desvios dos grupos mais comprometidos. O DC apresenta como um juiz equidistante, sereno, que contempla de fora da batalha as lides dos cristãos e admoesta-os dos perigos, dos exageros e ardores em tal luta. Mais. Procura desviar a atenção da batalha para campos menos perigosos e menos comprometidos. Noutras palavras, esquece-se que o nosso principal problema é manter a fé, a esperança e a caridade numa prática pastoral situada em doloroso contexto conflitivo e opressor e não discutir temas lefebvrianos ou kúngianos de dogmática eclesiástica.

O desafio fundamental da evangelização, parece ser a tese central do DC, consiste na criação de uma nova civilização, naturalmente cristã. E a A. Latina dispõe de chances para isso, pois tem um povo, cujo núcleo da cultura foi suficientemente evangelizado e que resistiu às vicissitudes históricas. O processo de secularização ameaça tal cultura, reduzindo-a a uma das clássicas formas de secularismo de vertente capitalista ou marxista. A evangelização consiste em evitar esse desfecho secularista, que uma passagem de uma sociedade rural-urbana para uma sociedade urbano-industrial facilmente provoca. Temos, noutras palavras, chance de criar uma civilização cristã com o trabalho evangelizador da Igreja, como a grande alternativa para a atual civilização secularista capitalista e marxista.

Sem dúvida, é tese fascinante, apresentando-nos a grande utopia latente em todos os desejos de cristandade: a criação de uma verdadeira civilização cristã. Discorda da posição defendida pelos sistemas dominantes na A. Latina, que se apresentam como defensores de uma já existente civilização cristã ocidental capitalista. O DC opõe-se pois às posições reacionárias de muitos cristãos do continente. Nesse sentido, mostra lucidez diante da máquina ideológica em funcionamento, sobretudo no cone sul.

O risco de tal posição consiste no seu aspecto genérico, utópico, que termina por produzir sensação paralisante na caminhada das comunidades. Acaba finalmente resultando em reforço da situação

dominante. A conversão cultural não se faz sem que a sociedade modifique suas estruturas sócio-político-econômicas. Eludindo tal problemática, não analisando esse processo de transformação e suas implicações para a vida e prática cristã, termina por fazer um discurso grandioso, mas ineficiente. Ao afirmar que nossa cultura foi nuclearmente evangelizada, esquece-se que desde os albores de nossa história vivemos situações de profunda injustiça, exploração, opressão, que supõem a negação de valores cristãos elementares, como a fraternidade, a justiça, o convívio em comunhão etc... Ao analisar perante a XI Assembléia Geral da CRB no Rio, 1977, a realidade brasileira, o prof. A. Rios assume a categoria da "corrupção" para compreender o desenrolar de nossa história sócio-econômica. Tal é a importância e alcance de sua presença. Isto significa que um valor cristão básico de justiça se fez e se faz ausente em nossa sociedade. Outros sociólogos costumam mostrar como a estrutura social do Brasil tem mostrado uma enorme resistência à mudança, conservando poderosa estabilidade. Isto vem a significar, em termos reais e não meramente jurídicos, que ela não se distingue muito, hoje, de uma sociedade escravagista. A soma de injustiça e iniquidade que se esconde por detrás de tal constatação questiona violentamente a romântica idéia de uma civilização cristã reinante em nosso Continente.

Facilmente se louva em nosso Continente o núcleo cristão, a partir de uma compreensão doutrinal e religiosa do Cristianismo, esquecendo sua dimensão fundamental de práxis. O grande desafio evangelizador da A. Latina consiste precisamente como caminhar para uma práxis cristã transformadora da realidade. Como viver a dimensão religiosa do povo numa linha de libertação? Noutras palavras, o desafio impreterível e inevitável coloca-se no significado da fé cristã e eclesial para a práxis libertadora do Continente.

Inexplicavelmente o DC silencia ou pelo menos não se aprofunda nessa questão angustiante para tantos cristãos e comunidades eclesiais. Ao insistir sobre a importância real da passagem de uma sociedade rural-urbana para uma urbano-industrial como desafio à evangelização, não se detém no verdadeiro problema: como é que se constrói essa sociedade urbano-industrial? Quais são as relações sociais que se estabelecem em tal sociedade, e como o Evangelho se situa diante delas?

A ausência de tais perguntas vem naturalmente da maneira como se fez a análise da realidade sócio-político-econômica da A. Latina. Procedeu-se a um trabalho acumulativo de dados angustiantes e escandalosos de nossa situação. Encontramo-nos assim diante de um acervo de resultados desumanos e injustos. Contudo não se desceu a uma análise histórico-estrutural, que nos ajudasse a situar

os dados num contexto mais amplo de causalidade. Nisso, o DC fica muito aquém de Medellín, que mostrara, com auxílio da teoria da dependência, causas estruturais e com isso permitia uma reflexão teológica e pastoral mais colada à realidade. Evidentemente a teoria da dependência da década passada necessita ser completada com os novos dados das modificações do sistema capitalista.

Evidentemente num documento como esse não se trata de fazer análise sócio-político-econômica que venham responder à tecnicidade própria dessas ciências. O interesse de tal análise é pastoral e não científico. Deve ser exata nos dados fundamentais, ainda que não vestida com a roupagem e exigência técnica da literatura científica. Principalmente, deve fornecer uma visão da realidade tal que permita a um cristão, a uma comunidade eclesial, situar sua fé e sua prática dentro desse contexto. Deve aparecer claro o corte epistemológico. Até onde estamos diante de dados da ciência, até onde os relemos à luz de nossa fé e assumimos decisões pastorais decorrentes de nossa leitura cristã. Ora uma análise que não ajuda a tal leitura da fé e tomada de posição pastoral, porque não desvela os mecanismos em jogo na sociedade e os interesses que eles exprimem, não serve para um documento como esse. Um simples acúmulo de dados não preenche tal finalidade e impede uma percepção mais nítida da realidade.

Como é de esperar, um texto que quer refletir o pensamento da Igreja tem de colocar sua força na parte mais específica da tarefa eclesial, isto é, na elaboração do marco doutrinal. Por isso tal parte ocupa o maior espaço do DC. O marco doutrinal apresenta uma reflexão teológica de um lado e doutro uma exposição atualizada da Doutrina Social da Igreja. Essa divisão não está isenta de ambigüidade. A Doutrina Social da Igreja foi gigantesco esforço do pensamento cristão de acompanhar as grandes transformações que o mundo social vem sofrendo. Sofre, ao longo deste quase um século de existência, contínuo processo de reformulação. Em Medellín, continuando essa grande tradição da Igreja, procurou-se em vez de elaborar uma "doutrina", provocar uma atitude de reflexão teológica a partir da práxis, na práxis, para a práxis e pela práxis. Com isso, a teologia latino-americana vem-se enriquecendo e contribuindo para a prática pastoral, não tanto em forma de doutrina, como em forma de reflexão colada à realidade. A divisão introduzida no DC parece desconhecer tal movimento e regride a uma etapa anterior. Retira toda a problemática da libertação do campo da teologia e coloca-a dentro do item da doutrina social. Não é mera questão de disposição gráfica. Implica numa mudança de compreensão. Com isso, a própria parte teológica ressentiu-se muito de cunho doutrinal, já que abandonou



o método da teologia latino-americana adotado por Medellín. Nesse sentido deu-se maior importância à ortodoxia, em detrimento da "ortopraxis", como comumente se diz. Isto significa que se gerou uma teologia mais ligada a interesses doutrinários, ortodoxos, que pastorais oriundos da prática das igrejas. O texto assume no marco doutrinário caráter mais abstrato, universal, desligando-se, por assim dizer, da primeira parte do documento, onde se apresenta a realidade da A. Latina.

## CONCLUSÃO

No limite de uma nota, não nos cabe descer aos pormenores de cada parte. Restringimo-nos a uma informação mais geral do conjunto do texto. Vimos como de fato, apesar da enorme riqueza de temática, o DC peca por um desligamento da verdadeira experiência que as comunidades fizeram nesses 10 anos depois de Medellín. Esperava-se que o DC refizesse o peregrinar de nossas igrejas ao longo dos últimos anos, recolhendo-lhes as principais experiências, problemas, dificuldades, questionamentos, empecilhos para oferecer-lhes subsídios na linha de continuar a caminhada. Veio entretanto um texto doutrinário, dogmático, desligado, mais carregado de suspeitas, que de incentivos. Carece, pois, de verdadeiro vigor espiritual. É um texto não alimentado pela vitalidade de uma igreja que soube, em território cristão, ter a imensa graça de contar com mártires no seu seio. Até então era inaudito poder pensar que um continente cristão, com regimes que se colocam sob a égide da civilização cristã, levasse a tribunais, condenasse e submetesse a sofrimentos físicos e até a morte violenta, bispos, sacerdotes e inúmeros leigos engajados. É uma experiência forte, que purifica, que liberta, que santifica a Igreja. Mas que doutro lado revela a estrutura de pecado e de injustiça que tal situação oculta. O DC não parece surgir de tal terreno regado por sangue de mártires, mas antes de gabinete visitado pelas sombras dos erros, dos perigos doutrinários dos reducionismos.

Até o mês de outubro, quando se realizará a Conferência de Puebla, temos ainda muito tempo para fazer florescer através da voz de nossas comunidades eclesiais a riqueza espiritual dessa caminhada de um lado, e, doutro, os empecilhos vindos da sociedade e da própria Igreja para a sua continuação. Nada leva a crer que a situação humana de nosso Continente vá melhorar para o povo pobre e oprimido em medida consistente. Antes, pelo menos para certas regiões, os sinais apontam para um recrudescimento da opressão, sobretudo para aqueles que vivem ainda em regiões ru-

rais e alimentam-se de seu trabalho em suas pequenas porções de terra. Prenuncia-se uma mais violenta capitalização do campo com o conseqüente agravamento do problema da terra, com a expulsão de posseiros, pequenos proprietários etc... E a Igreja poderá ser a voz de tantos irmãos nossos, tentando uma pastoral que venha responder a tão graves desafios.

A esperança é de que as comunidades eclesiais, espalhadas em todo o Continente, possam na sua pobreza evangélica fazer ecoar em Puebla sua voz através dos bispos, que souberam ouvi-las, e quem sabe, na pessoa física de algum representante. O DC reflete infelizmente uma problemática, em muitos pontos, bem alheia a essa imensa maioria do Continente e dá pouco lugar a essa voz profética dos pobres. Puebla poderá ser o grande Sínodo de um Continente de Igrejas pobres como um sinal evangélico da predileção de Deus para com elas. E a voz dos pobres surge então como um chamado de conversão às Igrejas que dispõem de bens materiais e simbólicos numa superação de um consumismo devastador e injusto. A próxima Assembléia não terá nenhuma originalidade, se ela se enveredar por questões dogmáticas, que poderão ser muito mais bem elaboradas pelas igrejas do primeiro mundo. Terá, entretanto, sua contribuição original se falar a partir de sua experiência de uma Igreja em que a maioria das comunidades vivas são pobres em processo de libertação e que querem fazer ouvir sua voz. Sendo o amplo recinto, onde os clamores do povo fazem sentir, Puebla pode tornar-se um sinal para toda a Igreja.